

CAPÍTULO 19

Hotelaria e acessibilidade: análise de nove hotéis em Fortaleza - CE

Carlos Bruno Oliveira Rocha¹

Zilsa Maria Pinto Santiago²

Introdução

A cidade de Fortaleza se destaca como um dos principais destinos de turistas brasileiros e, tendo sido uma das capitais-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, tornou-se ainda mais conhecida no cenário internacional. Dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza apontam que “os avanços na infraestrutura turística e aeroportuária de Fortaleza estão garantindo à capital cearense o primeiro lugar na Região Nordeste e o terceiro do Brasil no ranking que classifica os destinos nacionais mais procurados ao longo do primeiro semestre de 2018”. Em função dessa ampliação de recepção turística, busca-se cada vez mais alcançar melhor qualidade em sua infraestrutura espacial urbana e na rede dos meios de hospedagem, tendo na acessibilidade uma categoria de análise e um indicador de qualidade.

Esta temática vem sendo estudada por pesquisadores de forma multidisciplinar e em várias abordagens, como: teorias e conceitos sobre o turismo, a hotelaria e a produção do ambiente construído; projeto e tipologias arquitetônicas de meios de

1 Universidade Federal do Ceará | Mestrando. E-mail: carlosbrunorochoa@alu.ufc.br

2 Universidade Federal do Ceará | Doutora em Educação. E-mail: zilsa@arquitetura.ufc.br

hospedagem; turismo, hotelaria, arquitetura e urbanismo e meio ambiente; hospitalidade urbana, espaços turísticos e acessibilidade e desenho universal.

Este trabalho visa analisar, de forma breve, as condições de acessibilidade de nove hotéis dos bairros Meireles, Moura Brasil e Praia de Iracema em Fortaleza, obedecendo os seguintes critérios de avaliação: acessos, sinalizações, circulações horizontais e verticais, as suítes acessíveis e os sanitários acessíveis coletivos. Esta pesquisa gerou resultados qualitativos referentes às condições de mobilidade de pessoas com deficiência em ambientes hoteleiros.

Considerando uma diversidade de meios de hospedagem em Fortaleza, como também a importância do compromisso dessas edificações com a promoção do acesso igualitário e democrático aos seus clientes/usuários, apresentamos neste artigo os resultados gerais obtidos, sendo possível estabelecer um sucinto panorama acerca da situação da acessibilidade do recorte da pesquisa.

A ideia mais ampla a ser explorada aqui é a da necessidade – principalmente para os estudiosos e para os arquitetos, urbanistas e designers – de discutir sobre a importância da inclusão nos espaços ligados ao turismo, mais especificamente aos espaços de hospedagem – na categoria de hotéis, de forma a contribuir para o debate acerca das políticas públicas de turismo e hotelaria, bem como da concepção de projetos arquitetônicos de hotéis, envolvendo as questões de “acessibilidade universal”.

Referências de acessibilidade em projetos de hotéis

De um modo geral, no Brasil, no período de 2014-2022 o quadro de metas gerais para o Turismo Nacional, conforme *Tabela 8 – Marco Lógico – Agenda Estratégica e PNT em ação*, do Plano Nacional de Turismo (2013-2016), enquadra a *acessibilidade*, como abordagem transversal para cadeia produtiva do turismo (Diagrama 1), sendo isto uma forma positiva pelo fato de esta inserção estar em política pública nacional na transversalidade, o que implica num direcionamento que passa a pertencer a uma característica a ser adotada doravante nas políticas de turismo. Associado a isso, o Decreto nº 9.296/2018, em seu Art. 1º, assinala:

A concepção e a implementação dos projetos arquitetônicos de hotéis, pousadas e estruturas similares deverão atender aos princípios do desenho universal e ter como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (Decreto 5296/2018).



Diagrama 1 Metas Gerais para Turismo Nacional.

Fonte: PNT (2013-2016).

A fim de nortear qualquer projeto hoteleiro, as normas da ABNT existem como suporte para recomendações que estabelecem critérios e parâmetros técnicos nos aspectos construtivos e de adequação de edifício, visando proporcionar a condição de uso e deslocamento do maior número de pessoas. Nesse sentido, independentemente do tipo e padrão do hotel, algumas áreas devem cumprir dimensões mínimas para circulação, como as dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé e em cadeira de rodas, dentre muitas outras referências.

Uma referência básica importante é a que se apresenta para deslocamento de pessoas em pé e em cadeira de rodas (Figura 1), porque vai definir circulações e espaços de passagens, lembrando que a circulação nos hotéis tem um fluxo de malas/bagagens além das pessoas. Nas circulações, é importante ressaltar que todos os desníveis a partir de 5 mm devem ser eliminados, uma vez que 5 mm já é um impedimento para as pessoas em cadeira de rodas. Podendo causar acidente, pois tanto a cadeira de rodas como as pessoas idosas podem tropeçar.

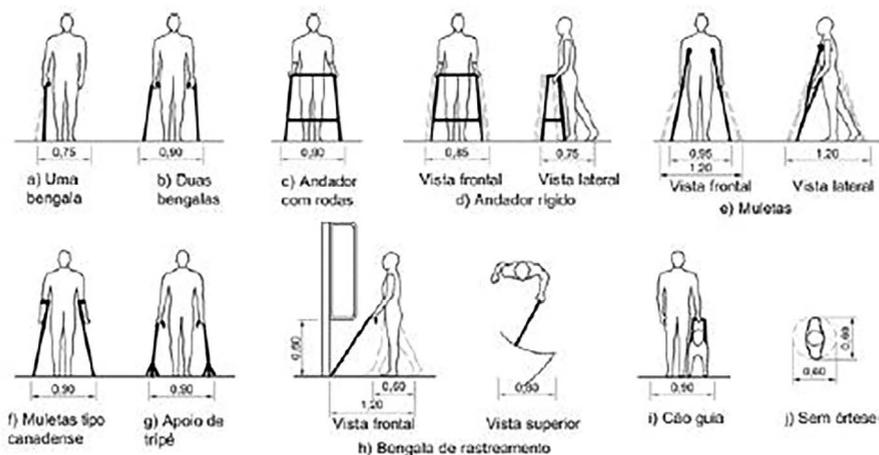


Figura 1 Dimensões de circulações para deslocamentos em pé e em cadeira de rodas.

Fonte: NBR 9050/2004.

A constatação das dimensões das cadeiras de rodas também ajuda a entender a necessidade de espaços de circulação e de passagem (Figura 2). Em hotéis, é necessário verificar a condição de circulação e manobras de cadeiras de rodas, em todos os ambientes, principalmente nos que compõem uma rota acessível, incluindo desde os acessos (entradas, estacionamentos e garagens), balcão de recepção, elevadores, espaço de lazer e convivência (bares, restaurantes, decks, piscinas, spas, academias, *halls*, salões de convenções, auditórios etc.) e suíte acessível. Lembrando que os ambientes de funcionários, mesmo não necessariamente estarem em rotas dos hóspedes, também devem ser acessíveis.

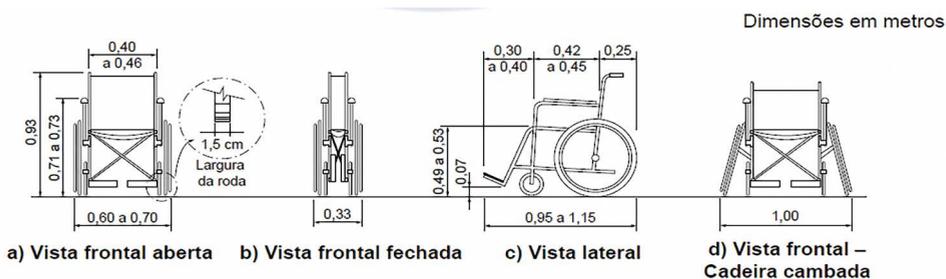


Figura 2 Cadeira de rodas manual, motorizada e esportiva.

Fonte: NBR 9050/2015.

Entender os movimentos realizados na cadeira de rodas vai elucidar a necessidade das manobras que as pessoas precisam fazer, isso explica a circulação de hotel ter no mínimo 1,50 m pelo fato de que a pessoa em cadeira de rodas possa fazer o giro completo em uma circulação (Figura 3).

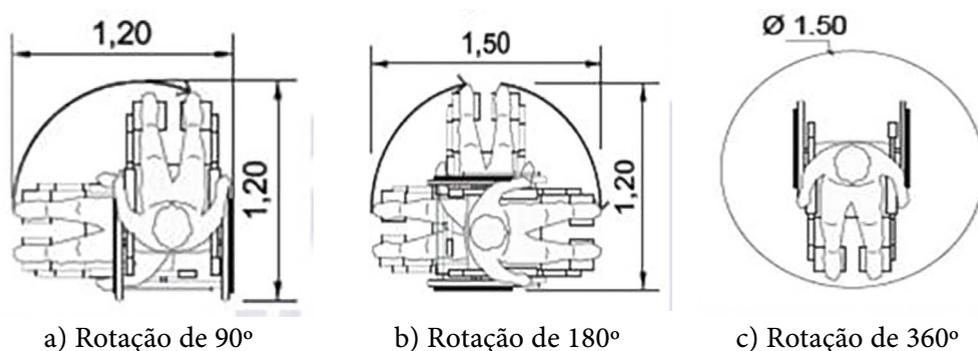


Figura 3 Área para manobra de cadeira de rodas sem deslocamento.

Fonte: NBR 9050/2015.

Nas circulações verticais, como escadas, é necessário a sinalização para a orientação tanto de pessoas com baixa visão quanto pessoas cegas, bem como a colocação de corrimãos duplos para pessoas de alturas diversas (Figura 4).

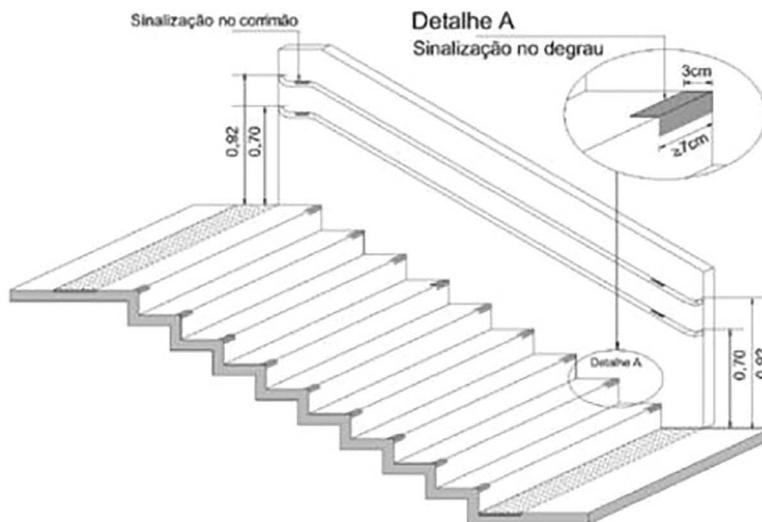


Figura 4 Sinalização de degraus.

Fonte: NBR 9050/2015.

A sinalização nas placas de comunicação é outra recomendação importante, a Norma Técnica determina que toda a comunicação deve acontecer por meio do uso de no mínimo dois sentidos – visual e tátil ou visual e sonoro. Dessa forma, a comunicação deve apresentar: 1. Letras em alto relevo; 2. Letras em cor contrastante; 3. Texto em braile; e 4. Instalados na altura entre 1,20 e 1,60 m.

Nos ambientes com serviço de alimentação, deve-se atentar para os locais de passagem, acesso às mesas e acesso ao balcão de serviço. O item 9.3.3.3 da NBR 9050/2015 assinala que “as superfícies de apoio para bandeja ou similares devem possuir altura entre 0,75m e 0,85m do piso (Figura 5). Deve ser garantida circulação adjacente com largura de no mínimo 0,90m”.

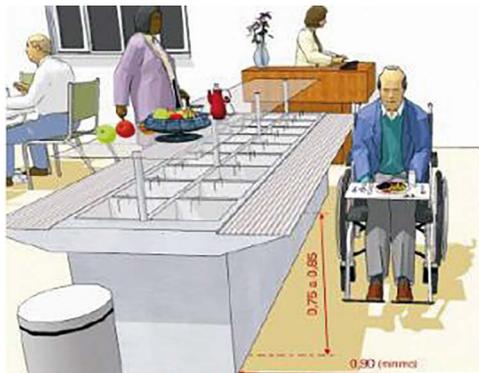


Figura 5 Acessibilidade em locais de alimentação.

Fonte: Guia de Acessibilidade. Ceará (2009).

Na suíte acessível, além das circulações necessárias, o mobiliário deve ser adequado: a cama permitir o alcance, a transferência e a circulação com o menor esforço físico possível (Figura 6). Os armários dos quartos acessíveis devem possuir condições de alcance e uso do cofre, do cabide, das gavetas, do ferro de passar roupa para todas as pessoas de forma autônoma. Significa que a pessoa com deficiência tem igualdade de oportunidade com as demais pessoas e não precisa de ajuda para realizar as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD).



Figura 6 Suíte acessível em hotel de Fortaleza.

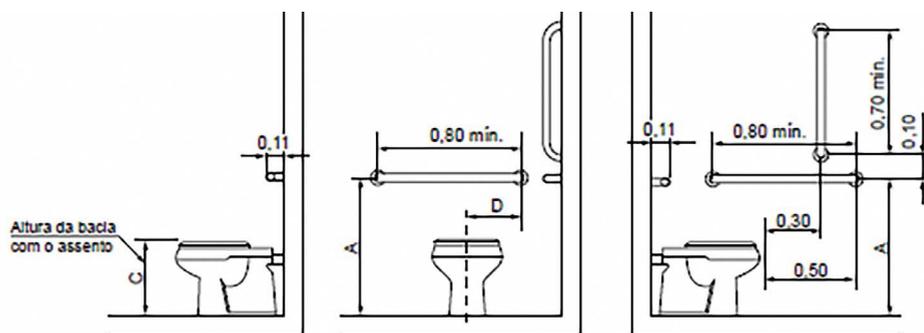
Fonte: <https://guiaderodas.com/hoteis-com-acessibilidade-em-fortaleza/>.

A bacia sanitária acessível deve estar na mesma altura que a cadeira de rodas para permitir a transferência da pessoa com o menor esforço físico possível. A barra vertical auxilia as pessoas com mobilidade reduzida a se levantar e se sentar na bacia sanitária com o menor esforço físico possível. Isso deve acontecer no banheiro da suíte acessível e nos banheiros acessíveis em outras áreas do hotel (Figuras 7 e 8).



Figura 7 Banheiro acessível.

Fonte: @acessibilidadeaplicada



a) Vista lateral direita

b) Vista frontal

c) Vista lateral esquerda

Figura 8 Bacia convencional com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral.

Fonte: NBR 9050/2015.

Ainda no banheiro da suite, é necessário que, conforme a recomendação da NBR 9050/2015, no item 7.12.3, as “barras de apoio em boxes para chuveiros devem ser providos de barras de apoio de 90° na parede lateral ao banco, e na parede de fixação do banco deve ser instalada uma barra vertical” (Figura 9).

E quanto ao piso do box, o item 7.12.4 define que o

Desnível do piso do boxe do chuveiro e vestiários devem observar as seguintes características: a) ser antiderrapantes; b) estar em nível com o piso adjacente, uma vez que cadeiras de banho se utilizaram destes, é recomendada uma inclinação de até 2% para escoamento das águas do chuveiro para o ralo; c) grelhas e ralos devem ser posicionados fora das áreas de manobra e de transferência. É recomendado o uso de grelhas lineares junto à parede oposta à área de acesso (NBR 9050/2015, p. 108).

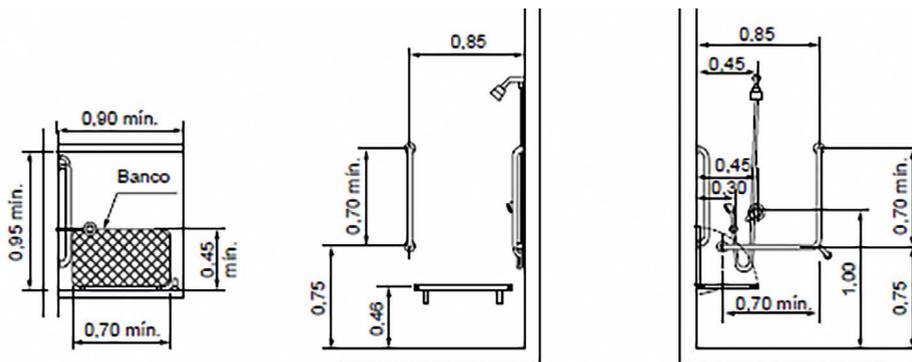


Figura 9 Box para chuveiro.

Fonte: NBR 9050/2015.

Essas e outras recomendações mais específicas das normas trazem um suporte de diretrizes para projetos de hotéis como também integram laudos de vistorias em que são elencados todos os elementos para adequação de espaços de hospedagem.

Definição da área de estudo

Ao tratar da produção arquitetônica dos meios de hospedagem na cidade de Fortaleza, é de importante referência a dissertação *Os Hotéis e a Cidade: o caso de Fortaleza* de Marilena de Souza, que traz um panorama acerca das políticas públicas de incentivo ao turismo na região. Como observa a autora, o Programa de Desenvolvimento de Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), de 1991, foi desenvolvido com a intenção de utilizar a atividade turística para atenuar os desequilíbrios econômicos e sociais entre as regiões do país.

No caso do Ceará e do PRODETUR-CE, em que o turismo já era atividade prioritária para desenvolvimento econômico desde o início do governo de Tasso Jereissati, em 1987 e, ainda, a existência de um intenso fluxo na Região Metropolitana de Fortaleza, procedeu-se a construção do Aeroporto Internacional Pinto Martins iniciada em 1996, o incremento de rodovias entre capital e municípios litorâneos, além de diversas obras infraestruturais (Souza, 2014). A ascensão do turismo condiciona a produção arquitetônica em Fortaleza, como contextualizam Paiva e Soares (2015):

Com maior ou menor intensidade, as manifestações espaciais da urbanização turística na RMF se relacionam com a produção da arquitetura (aeroporto, centros culturais, intervenções em edifícios existentes, as tipologias de meios de hospedagem, segundas residências, edifícios públicos, museus, estádios, centro de convenções e eventos, além de intervenções no desenho urbano).

A produção da arquitetura contemporânea em Fortaleza, tanto privada como pública, tem sido condicionada pelas demandas (econômicas, políticas e simbólicas) suscitadas pelo incremento da atividade turística na RMF (Paiva; Soares, 2015, p. 15).

Fortaleza efetivou-se como um destino turístico com alta procura nacional e internacional, dispondo de uma rede hoteleira concentrada majoritariamente nos bairros Meireles, Mucuripe e Praia de Iracema, que compõem um trecho da orla da cidade. Ainda, nesses bairros também está inserida a Av. Beira Mar e o seu calçadão, sendo que este último com o tempo se consolidou como a principal área aberta de lazer da cidade (Souza, 2014). O recorte desta pesquisa insere-se nos bairros Meireles, Moura Brasil e Praia de Iracema. E para análise das condições de acessibilidade no interior dos hotéis, foram estabelecidas denominações fictícias para preservar o nome das empresas de hotelaria (Figura 10).

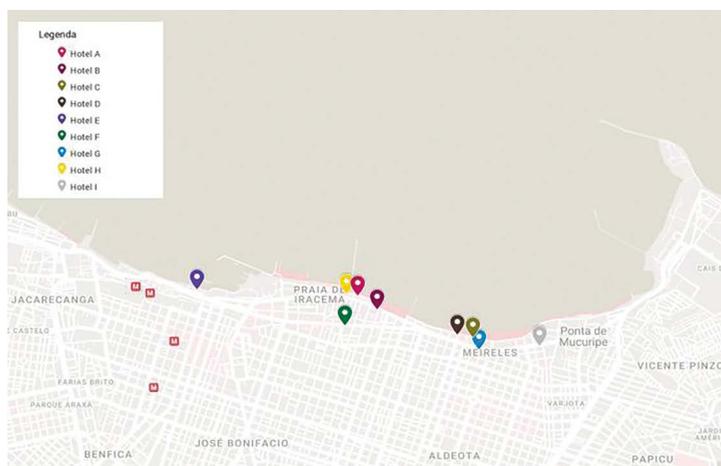


Figura 10 Localização dos hotéis.

Fonte: Elaborado pela equipe da pesquisa (2022).

Para esclarecimentos das expressões relacionadas ao objeto de estudo deste artigo, Paiva (2022) alerta para o equívoco que existe acerca do uso do termo “hotel” quando referido a todos os meios de hospedagem, empregados como sinônimos. O autor baseia-se em Spolon (2011), que esclarece que o hotel é uma das principais categorias dos meios de hospedagem, estes que designam todos os estabelecimentos que comercializam o direito de alojamento, por um período e preços estabelecidos em contrato. A escolha das edificações para esta pesquisa restringiu-se aos hotéis, categoria inserida no universo dos meios de hospedagem, este que também abrange os flats, condo-hotéis, resorts, pousadas, dentre outros.

Metodologia

Como metodologia de pesquisa, adotou-se a pesquisa qualitativa e exploratória, tendo como primeira etapa uma revisão bibliográfica de trabalhos focados na relação turismo versus estruturas de hospedagem acessível. Alguns estudos foram importantes na fundamentação teórico-metodológica (Preiser, 2001; Sasaki, 2003; Rheingantz *et al.*, 2009; Ornstein *et al.*, 2010; Dischinger *et al.*, 2012; Santiago, 2013); além da legislação e normas (NBR 9050/2015; Decreto nº 5.296/2004; Embratur, 2002; Lei nº 13.146/2015; Ministério do Turismo-MTur. Plano Nacional de Turismo. 2013-2016; Decreto nº 9.296/2018), além de estudos focados no tema (Alexandre, 2013; Melo, 2019; Paiva, 2022; Vanzella *et al.*, 2018).

A pesquisa de campo utilizou ferramentas da metodologia de *Walkthrough* (Rheingantz *et al.*, 2009) e Avaliação Pós-Ocupação (APO) (Ornstein, 1992), com o objetivo de avaliar as respostas das edificações após sua construção. Consiste no exame *in loco* a partir de visitas exploratórias do entorno da edificação como também do percurso do hóspede, do acesso à suíte acessível. As visitas foram registradas fazendo uso de fotografias e preenchimento de checklist que contêm os parâmetros preestabelecidos baseados na NBR 9050/2015, NBR 16537/2016 e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Explica-se o fato de não se abordar a NBR 9050 revisada em 2020, pelo fato de a pesquisa acontecer nos anos de 2018 e 2019.

Vários são os aspectos e sutilezas necessárias para que um espaço seja considerado acessível, e para esta pesquisa com enfoque em hotéis foram definidos os seguintes critérios de avaliação:

1. Acesso do edifício: dimensões do passeio e qualidade do piso, presença de rampa e/ou escada com guarda-corpo e corrimãos, tratamento de desníveis, presença de obstáculos.
2. Sinalização visual e tátil: existência de mapa tátil e sinalização nas circulações horizontais e verticais, nos sanitários e saídas de emergência, presença de uma rota acessível bem definida, contraste de cores entre piso e paredes.
3. Circulações horizontais: corredores com larguras mínimas de 1,50 m, os pisos com superfícies não trepidantes, existência de linha-guia identificável ou piso tátil.
4. Circulações verticais: existência de elevador com medidas mínimas de 1,40 m x 1,10 m, escadas e patamares com largura mínima de 1,20 m, com piso antiaderente e firme, rampas com largura mínima de 1,20 m e inclinação máxima de 8,33%, presença de corrimãos e guarda-corpos sinalizados.
5. Suítes Acessíveis: porta de acesso, corredores internos, espaço para circulação de cadeira de rodas, distribuição do mobiliário e o banheiro acessível.

6. Sanitário acessível coletivo: portas com 0,80 m mínimo de vão livre abrindo para fora, posicionamento de barras de apoio, e dos acessórios do sanitário como papelheiro, toalheiros e cabides, contraste de cor entre piso e paredes.

Após o preenchimento do checklist, os parâmetros de análise, para facilitar a comparação entre eles, são sintetizados num quadro da seguinte maneira:

- Existe e Adequado (EA) – quando a característica do hotel atende às necessidades das pessoas com deficiência conforme as normas;
- Existe e Inadequado (EI) – quando há aspectos que não estão completamente de acordo com as normas e precisam ser melhorados;
- Não Existe (NE) – quando nenhuma característica do critério é seguida como a norma ou realmente nada existe;
- Parâmetro Não Avaliado (PNA) – quando não existiu a condição de avaliação do parâmetro no hotel.

Resultados

No Quadro 01 apresentamos os resultados da análise dos meios de hospedagem de acordo com critérios de acesso, sinalização, circulação horizontal, circulação vertical, suítes e sanitários. Essas informações foram quantificadas em percentuais, referentes a cada critério de análise dos hotéis, conforme a legenda citada na metodologia (EA; EI; NE; PNA).

Quadro 1 Dados coletados acerca dos hotéis analisados

Hotel	Acesso	Sinalização	Circ. Horizontal	Circ. Vertical	Suíte Acessível	Sanitário Acessível Coletivo
Hotel A	EI	NE	EI	EI	EI	EI
Hotel B	EI	NE	EA	EA	PNA	EI
Hotel C	EI	NE	EA	EI	EI	EI
Hotel D	EI	NE	EA	EI	EI	EI
Hotel E	EI	NE	EA	EI	EI	EI
Hotel F	EI	EI	EA	EA	PNA	EI
Hotel G	EI	NE	EA	EA	EI	EI
Hotel H	EI	EI	EA	EA	EI	EI
Hotel I	EI	EI	EA	EA	EI	EI
Porcentagens	EI = 100%	NE = 66,7% EI = 33,3%	EA = 88,9% EI = 11,1%	EA = 55,6% EI = 44,4%	EI = 77,8% PNA = 22,2%	EI = 100%

Fonte: Equipe da pesquisa (2022).

Ao analisar os resultados é possível constatar que todos os acessos dos hotéis visitados precisam de adequação por não atenderem por completo as demandas definidas pelas normas vigentes para a circulação de pessoas com deficiência. Entre os problemas, podem ser mencionados a inexistência de guias rebaixasadas nas calçadas correspondente às faixas de pedestres, passeios com pisos trepidantes e com inclinação transversal superior a 3%, o mobiliário e a vegetação que muitas vezes são obstáculos para a livre circulação dos usuários e, ainda, a inexistência de rampas de acesso ou a existência de rampas com inclinação superior à 8,33% (Figura 11), bem como a carência de corrimãos e sinalização tátil e visual (Figura 12).

Ressalta-se ainda que em todos os hotéis, os acessos são facilitados para o embarque e desembarque por meio do automóvel, porém essa configuração resulta em um desenho que não prioriza o pedestre, tanto os transeuntes como também os usuários da edificação.



Figura 11 Acesso Hotel F sem rampa para pedestres.

Fonte: Equipe da pesquisa (2019).



Figura 12 Acesso Hotel H sem corrimãos e com sinalização incompleta.

Fonte: Equipe da pesquisa (2019).

A escassez da sinalização tátil e visual é um problema não só nos acessos das edificações, mas é presente no interior de todos os hotéis analisados para este artigo. O problema é constatado devido a inexistência de qualquer sinalização em 66,7% dos hotéis (Figuras 13 e 14), enquanto 33,3% a oferecem de maneira inadequada. A

existência de mapa tátil, sinalizações visuais e sonoras são indispensáveis para o desenvolvimento de uma rota acessível em um meio de hospedagem, facilitando o uso independente pela pessoa com deficiência. No caso do hotel H, por exemplo, foi observado piso tátil existente no acesso guia à recepção e aos elevadores (Figura 15), porém no restante da edificação a sinalização acontece de forma interrompida e desconectada. Interessante mencionar também que o hotel H é o que apresenta as melhores configurações de sinalização dentre os que foram visitados.

O critério de circulações horizontais é o que compreende os resultados mais positivos obtidos na pesquisa: 88,9% dos hotéis possuem corredores amplos para acesso à recepção, aos elevadores e às suítes. Na grande maioria dos casos os corredores e passagens possuem superfícies regulares, não trepidantes para dispositivos com rodas, com possibilidade de comportar mais de dois usuários (Figura 16). No entanto, no hotel A existem circulações e passagens com 0,95 m à 1,20 m de largura (Figura 17), comprometendo a livre movimentação dos hóspedes.

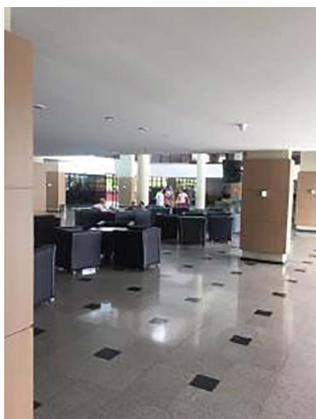


Figura 13 Recepção Hotel F



Figura 14 Recepção Hotel B



Figura 15 Piso tátil Hotel H



Figura 16 Circulação horizontal Hotel F



Figura 17 Circulação horizontal Hotel A

Em relação às circulações verticais, mesmo com 55,6% de aprovação, os principais problemas encontrados estão relacionados às larguras dos elevadores, os quais algumas vezes não apresentam as dimensões mínimas de 1,40 m x 1,10 m sugerida pela NBR 9050 (Figura 18), também existindo a carência de informações de uso em relevo e em Braille (Figura 19). Mais uma vez, no hotel A existem degraus de acesso ao elevador (Figura 20), comprometendo de forma significativa o uso autônomo pelo usuário com alguma deficiência.



Figura 18 Elevador Hotel D



Figura 19 Elevador Hotel G



Figura 20 Acesso ao elevador Hotel A

Fonte: Equipe da pesquisa (2019).

Não foi possível avaliar os parâmetros das suítes dos hotéis B e F, os quais a direção não autorizou as visitas por estarem ocupados por clientes, por outro lado, é uma mostra de que esses dormitórios são demandados. De todo modo, 66,7% das suítes visitadas apresentam configurações que precisam de melhorias, principalmente no que diz respeito à disposição do mobiliário das habitações, às larguras das circulações internas e também às ferragens de portas de correr que agem como barreiras para a circulação de pessoas em cadeira de rodas e com bengalas. Os banheiros das suítes também apresentam problemas diversos, como a inexistência de barras de apoio ou o posicionamento incorreto delas, além do uso de vasos sanitários com abertura frontal, alturas incorretas de bancadas e cubas, como também a presença de portas nos boxes de chuveiro.

Como exemplo de uma suíte potencialmente acessível podemos mencionar a do hotel C (Figuras 21 e 22) que apresenta porta de acesso que abre para fora, corredor interno com largura adequada, possibilidade de diferentes espaços para giro de usuários em cadeira de rodas, cama com dimensões confortáveis e *layout* facilmente modificável. O banheiro da suíte possui espaço que possibilita locomoção, com porta

abrindo para fora, sanitário sem abertura frontal e diferenciação de cores entre piso e parede. Porém, não existe um banco flexível no banho e algumas barras estão faltando ou foram mal posicionadas, dificultado a locomoção dos usuários.



Figura 21 Suíte Hotel C

Fonte: Equipe da pesquisa (2019).



Figura 22 Banheiro Suíte Hotel A.

Finalmente, todos os sanitários para uso coletivo dos hotéis apresentaram alguns aspectos positivos, mas não estão totalmente de acordo com as normas. O mais comum entre esses espaços é a existência de sanitários com aberturas frontais, barras de apoio inexistentes ou mal posicionadas, irregularidade nas alturas de cubas e bancadas, além de espaços estreitos para circulação (Figuras 23 e 24).



Figura 23 Sanitário acessível coletivo Hotel F.

Fonte: Equipe da pesquisa (2019).



Figura 24 Sanitário acessível coletivo Hotel D.

Considerações finais

Após análise dos resultados, constata-se que a situação dos hotéis estudados quanto às condições de acessibilidade precisa de melhorias para adequação às recomendações em edificações construídas trazidas pela NBR 9050/2015, NBR 16.537/2016 e o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Os critérios de análise referentes às circulações horizontais e circulações verticais apresentaram resultados positivos, com 88,9% e 55,6% de adequação, respectivamente. No que se refere aos acessos, sinalização, suítes acessíveis e sanitários acessíveis coletivos, os resultados sugerem uma predominância de inadequações quanto às normas vigentes de acessibilidade e desenho universal.

Enfim, a pesquisa demonstra que a rede hoteleira no que se refere aos hotéis visitados, tem a iniciativa de incorporar em sua gestão e espaços físicos as questões relativas à acessibilidade para atender melhor a diversidade de público, embora algumas falhas ainda ocorram. Como encaminhamento, sugere-se a adoção das recomendações das normas e dar continuidade às pesquisas, onde pode se encontrar soluções diferenciadas que ilustram novas condições de um turismo e uma arquitetura de hotéis mais inclusivos no Brasil, que se tenha condições de receber cada vez mais e melhor o turista, de forma a facilitar a orientação, uso e deslocamento do usuário independentemente de suas limitações.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos ao CNPq e FUNCAP pelo auxílio financeiro de cotas de Iniciação Científica em forma de bolsa ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UFC.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, D. M. M. *O Turismo para Todos na oferta hoteleira de Lisboa: um custo ou um investimento?* Dissertação de Mestrado em Turismo. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril - Portugal. 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: Acessibilidade na edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: maio 2017.
- BRASIL. *Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para

a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto nº 9.296*, de 01 de março de 2018. Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Deliberação Normativa EMBRATUR nº 429 de 23 de abril de 2002. Anexo IV - Matriz de Classificação. Publicado no DO em 12 julho de 2002.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. H. M.; PIARDI, S. M. D. G. *Promovendo a acessibilidade espacial nos edifícios públicos*: Programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público. Florianópolis: MPSC, 2012. 135p.

FARIA, M. D.; MOTTA, P. C. Pessoas com Deficiência Visual: barreiras para o lazer turístico. In: *Turismo em Análise*, v. 23, n. 3, p. 691-717, 2012.

IBGE, Censo Demográfico 2010. *Nota técnica 01/2018*. Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington. PDF.

MELO, P. F. C. de; SILVA, D.; VANZELLA, E.; BRAMBILLA, A. Terceira idade e hotelaria: um olhar sobre os trabalhos científicos. In: *VI Congresso internacional de Envelhecimento Humano*. Envelhecimento Humano no Século XXI: atuações efetivas na promoção da saúde e políticas sociais. Campina Grande – PB, 2019.

Ministério do Turismo-MTur. Instituto Brasileiro de Turismo. Plano Nacional de Turismo. 2013-2016.

ORNSTEIN, S.; ROMÉRO, M. *Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído*. São Paulo: Nobel, 1992.

PAIVA, R. A. O hotel na modernidade: metamorfoses de uma tipologia arquitetônica híbrida. *Oculum Ensaios*, v. 19, e224998, 2022.

PREISER, W., OSTROFF, E. (eds.). *Universal Design Handbook*. New York: McGraw Hill, 2001. 1216p.

RHEINGANTZ, P. A.; AZEVEDO, G. A.; BRASILEIRO, A.; ALCANTARA, D. de; QUEIROZ, M. *Observando a qualidade do lugar*: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Pós-graduação em Arquitetura, 2009.

SANTIAGO, Z. M. P. Urbanismo inclusivo como meta no novo milênio In: *XXIX CONGRESO de la Asociación Latinoamericana de Sociología 2013*. ATA Científica XXIX CONGRESO ALAS CHILE. Santiago, 2013.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SPOLON, A. P. G. Hotelaria, Cidade e Capital. *O edifício hoteleiro e a reestruturação dos espaços urbanos contemporâneos*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

- SPOLON, A. P. G. Movimentos contemporâneos de reestruturação urbana e a ressignificação do ambiente construído de cidades inseridas no circuito mundial de viagens: um olhar sobre os edifícios hoteleiros. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Universidad de Barcelona, 30 de julio de 2013, Vol. XVIII, nº 1035.
- SOUZA, M. C. de. *Os Hotéis e a Cidade: O Caso de Fortaleza*. Dissertação – Universidade Presbiteriana Mackenzie, Fortaleza, 2014.
- VANZELLA, E.; BRAMBILLA, A.; DA SILVA, M. F. (org.). *T&H. Turismo e Hotelaria no contexto da acessibilidade de João Pessoa*: editora do CCTA, 2018. 289p. ISBN: 978-85-9559-066-3.